

## POLO DA PALHA DO LICURI: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BASEADO NA ATIVIDADE CULTURAL

Mario Bestetti <sup>1</sup>  
Laila Nazem Mourad <sup>2</sup>

### RESUMO

A busca de novos modelos de desenvolvimento social e econômico que vão de encontro com os modelos tradicionais e conservadores para comunidades tradicionais é um desafio. De outra forma, há a necessidade da preservação do seu patrimônio material e imaterial para que não se perca frente às constantes interferências do mundo contemporâneo. Então como criar esta ponte entre a preservação e o desenvolvimento? A cultura (e suas manifestações simbólicas) e a natureza (e a sua diversidade) encontradas e diferenciadoras de cada território definem suas territorialidades, em uma leitura antropológica. Precisamos trazer à luz desta leitura o fato de que tanto quanto devem ser preservadas estas características definidoras de um território, devem também ser potencializadoras de sua dinâmica econômica, fazendo com que fortaleça sua identidade cultural e não ocorra uma busca de ‘novas identidades’, em geral vindas de fora e vistas como melhores. Para isso, buscar-se-á neste artigo descrever a experiência da formação do Polo da Palha do Licuri, constituído pelas comunidades situadas na área de ocorrência da Arara-Azul-de-Lear, no sertão baiano, no decorrer de 10 anos de ações de desenvolvimento de uma matriz produtiva e cultural baseada no artesanato e que se utiliza dos elementos do bioma da caatinga, e como tal processo contribui/interferi na sua história.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento territorial. Cultura. Artesanato.

### 1 INTRODUÇÃO

A vestimenta branca com detalhes em azul claro já nos indica que estamos entrando em uma região onde a religiosidade predomina, já que se trata da vestimenta tradicional dos romeiros habitantes tradicionais daquele local, e muito presente nas manifestações de expressão religiosas como a Dança de São Gonçalo conforme pesquisa realizada pela antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998). A esta característica da região, a qual o historiador Nilton Freixinho (2003) descreve como *sertão arcaico*, onde a busca por soluções para os problemas naturais faz com que se busquem respostas na religiosidade (e em seus agentes) e no misticismo religioso. Soma-se ao fato de estarmos em uma região que margeia o

---

<sup>1</sup> Mestrando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL, Salvador-BA e Pesquisador do Instituto de Design Social e Sustentável - IDSS (mario@idss.org.br).

<sup>2</sup> Profa. Dra. do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador – UCSal, Salvador/BA (laila.mourad@ucsal.br).

*Raso da Catarina*, situado entre os municípios de Rodelas, Paulo Afonso e Jeremoabo, e cuja faixa territorial é marcada pela adversidade climática da seca e, sobretudo, pela pobreza de suas populações, com conseqüente pressão sobre a natureza (PAES, 2008). Mas o que nos faz chamar a atenção aqui é a interação do bioma com o espiritual e o econômico.

Estamos no semiárido nordestino e, como tal, carente de quase todas as necessidades estruturais de vivência, das mais básicas, como água e saneamento, às mais contemporâneas, como comunicação e lazer. E, ainda assim, encontramos um pequeno local que tem vencido os desafios deste *arcaico sertão*, considerado como uma sociedade rude e de povoamento rarefeito e disperso, como descreve Carlos Brandão (2007), conseguindo não só suprir necessidades simples e básicas de cidadania, mas buscando agregar outras comunidades nesta busca de um modelo de desenvolvimento que respeite não só a natureza e a história, mas as pessoas. Falamos da pequena comunidade de Morada Velha, situada a 10 km da cidade de Santa Brígida (BA) e 430km da capital do estado, formada por um aglomerado de casas com aproximadamente 30 famílias.

Poderíamos dizer que ali se constrói uma territorialidade própria, a qual Godói (2014, p.8) indica como “*processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados – não necessariamente nessa ordem – sobre uma parcela do espaço que é transformada em território*”, pois percebemos ali uma visão de que em sua terra está o caminho de um futuro melhor. Pretendemos trazer à luz desta leitura o fato de que tanto quanto devem ser preservadas estas características definidoras de um território, devem também ser estas potencializadora de sua dinâmica social e econômica, fazendo com que se fortaleça a sua identidade cultural e não se instaure uma busca de novas identidades vindas de fora e vistas como melhores.

Neste contexto territorial bem característico e peculiar daquela região, buscamos observar o que ocorreu no período de 2000 a 2017, após sucessivas ações institucionais, sejam de agentes governamentais, sejam de agentes do Terceiro Setor<sup>3</sup>, que pode nos indicar algum indício de desenvolvimento local através dos resultados destas ações, considerando aqui um conceito de desenvolvimento mais humanizado e processual, como indica Alencar (2017, p.11), em que “*a humanidade enfrenta os problemas, que ela mesma se opõe, em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir*”.

Como indicamos no início, tal contexto nos apresenta uma diversidade de elementos que, soltos, já nos mostra a riqueza identitária das manifestações populares brasileiras, pois ali

---

<sup>3</sup> Terceiro Setor aqui denominado como setor que reúne as entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

temos representações de matrizes arcaicas sertanejas como a religiosidade, através dos seus “clérigos-místicos”, e suas romarias, como define Freixinho (2003, p.65), bem como a produção artesanal tradicional, com o entalhe da madeira (produtor entre outros itens dos ex-votos religiosos<sup>4</sup>) e o trançado da fibra da palha do licuri, base para a produção de itens de uso cotidiano como as vassouras e o característico chapéu de palha, conforme observamos na **Figura 1**, além de ser base para alimentação humana e animal. Não bastasse, temos o fato de estarmos ladeando o Raso da Catarina, com uma geografia que apresenta deficiência hídrica, taxa de insolação e temperaturas bastante elevada, sendo um clima considerado entre o semiárido e o desértico, e que leva “a um vazão demográfico muito grande” (PAES, 2008, p.49), mas que apresenta em seus limites indivíduos da Arara-azul-de-lear, espécie enquadrada em *perigo de extinção*, mas que com as ações a partir de 2001, quando o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) implementaram o *Programa de Conservação da Arara-azul-de-lear*, passou ao status de *vulnerável* na avaliação do estado de conservação das Aves da Caatinga (AMARAL, 2012, p.7).

**Figura 1:** Imagem dos romeiros em procissão durante a Caminhada Penitencial em Memória ao Beato Pedro Batista, realizada no mês de novembro.



Fonte: o autor, 2005.

Percebamos então que tal riqueza de patrimônio, tanto material como imaterial, encontra-se em uma das regiões com IDHM mais baixos do estado da Bahia. Como então podemos fazer esta ponte entre a preservação de um patrimônio cultural e ambiental presentes na região e as necessidades geradas por um contexto social e econômico de carências, trazendo para estes resilientes cidadãos de um Brasil pouco visto institucionalmente.

---

<sup>4</sup> Ex-voto: imagem ou parte do corpo humano esculpida, que se oferece a um santo em reconhecimento por graça alcançada. (Aurélio, 2008).

Considerando que um território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais *sujeitos*<sup>5</sup> sobre determinado espaço, conforme indica Lages (2004), como também que sua *“identidade está fortemente ligada aos aspectos culturais expressos nos saberes-fazer locais e que colocam esse território em comunicação com outros indivíduos e grupos”* (FLORES, 2003, p.90), em uma clara evidência da ideia presente em Haesbaert (2009) que *“não há território exterior a relações sociais”* (GODOI, 2014, p.8), a experiência que aqui apresentamos, a da formação de um polo produtivo cuja base é sua matriz cultural e ambiental, nos faz acreditar em uma noção territorial que vai além de limites geográficos, mas que tenham em sua territorialidade a matriz de sua conformação, conferindo ao território um caráter plástico (GODOI, 2014), e uma dinâmica social e econômica que *“permita a valorização dos produtos do território a partir de sua própria identidade cultural”* (FLORES, 2003, p. 95).

Da mesma forma que Brandão (2007, p.191) nos apresenta sua ideia que *“essa diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva necessitam ser utilizadas como a grande potencialidade de que dispomos”*, acreditamos que seja possível a busca de novos modelos de desenvolvimento mais sustentável sem que haja a destruição da *“base de subsistência e de reprodução de grupos nativos originários”* (LIMONAD, 2013, p.125).

Como também diz Limonad (2013, p.132), *“desenvolvimento é olhar para o futuro”*, e é nesta busca por um desenvolvimento mais humano e amplo que nos fez notar àquela pequena comunidade santa-brigidense, pois ali percebemos que seus integrantes conseguiram se manter presentes, frente à possibilidade natural do êxodo histórico para os grandes centros econômicos ou, como diz Brandão (2007, p.93), para o *“centro de comando da acumulação”*, indicando o tradicional êxodo para a capital paulista, e, mais ainda, gerar novas possibilidades econômicas que os ajudaram a sobrepor as diversas agruras que a vida sertaneja apresenta, não obstante este difícil caminho que adotaram, levam estas possibilidades à outras comunidades no seu entorno, em uma visão não só altruísta mas de consciência na formação de uma rede onde quanto mais agrupados mais fortes serão no movimento contra um sistema que tende a os manter na base de uma pirâmide injusta e insensível.

## **2 A CULTURA DO LICURI, A ARARA-AZUL-DE-LEAR E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

A caatinga, vegetação típica do semiárido, já foi muito descrita na literatura como

---

<sup>5</sup> Aqui preferimos trocar o termo por sujeito, ao invés de ator, já que entendemos que estes não só representam, mas sim são os representantes do processo.

sendo pobre e de pouca importância biológica. No entanto, outros estudos e levantamentos realizados nas últimas décadas mostraram que esse bioma possui um considerado número de espécies endêmicas que devem ser consideradas como um patrimônio biológico de valor incalculável. É o único bioma exclusivamente brasileiro, não existindo em nenhum outro lugar do planeta. Além da grande importância biológica, a vegetação da caatinga apresenta um potencial econômico ainda pouco valorizado. Conhecida como a palmeira sertaneja, em termos de potencialidade, entre outras plantas, destaca-se o **Licuri**, com ocorrência do norte de Minas Gerais até o sertão pernambucano, ocupando as porções oriental e central da Bahia, abrangendo, desse modo, os biomas Caatinga e Mata Atlântica, ressaltando-se sua nítida preferência pelas regiões secas e áridas da Caatinga (AMARAL *et al*, 2012).

Por ser totalmente aproveitável, é uma palmeira que vem sendo explorada de modo extrativista desde os tempos coloniais, sendo empregada na alimentação animal e humana, no artesanato, na produção de uma série de itens de uso doméstico e industrial (AMARAL *et al*, 2012). Dada sua grande importância para a economia e a subsistência do semiárido em 2009 foi elaborado o *Plano de Manejo Sustentável para Extração da Fibra do Licuri*, em uma iniciativa da unidade Paulo Afonso do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia (SEBRAE) elaborou em 2009, através da parceria com a empresa Semear Gestão Sócio Ambiental, sediada em Salvador, e construído participativamente com a Associação de Artesãos de Santa Brígida, com o objetivo de adequação e licenciamento ambiental da atividade artesanal à legislação vigente, através da sistematização das informações e do conhecimento tradicional dessa comunidade e a gestão do uso sustentável dos recursos naturais e proteção da cultura e da atividade artesanal baseada na fibra do licuri, embrião de uma futura reserva extrativista na região (COPELLO, 2009).

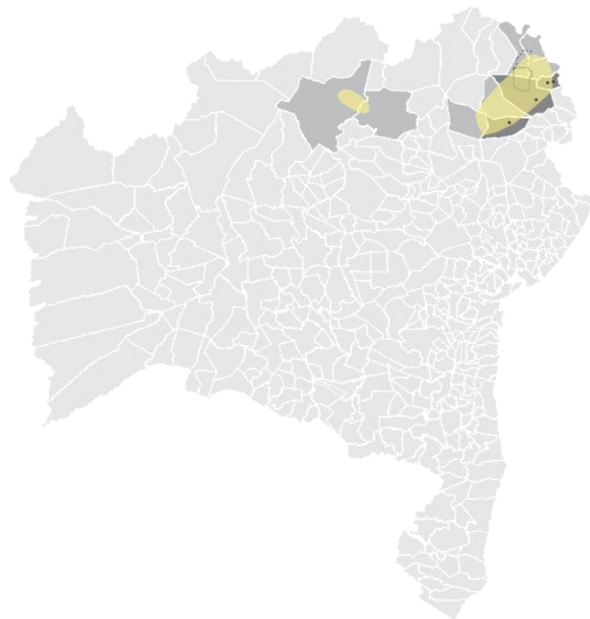
A otimização do uso dessa palmeira certamente contribuirá para a melhoria da qualidade de vida das populações do semiárido tanto com a utilização dos seus frutos na alimentação humana, como também para incrementar o desenvolvimento econômico através da geração de renda oriunda do artesanato que tem nas folhas do licuri sua matéria-prima principal. E apesar dos inúmeros desafios, as populações que habitam esses biomas têm aprendido a conviver com suas dificuldades de forma a tirar dele os meios de sua sobrevivência e desenvolvimento, reduzindo o êxodo rural. O aproveitamento integral do licuri, símbolo da cultura nordestina, é um dos principais meios devido ao seu enorme potencial alimentício, ornamental e artesanal.

Com relação à fauna, a importância do licuri merece um capítulo à parte. O fruto da palmeira é recurso indispensável para a sobrevivência da **Arara-azul-de-lear** (*Anodorynchus*

*leari*), ave da família *Psittacidae*, e espécie endêmica no semiárido baiano, considerada criticamente ameaçada até 2007, na categoria “*em perigo de extinção*”, mas que atualmente tal quadro melhorou um pouco, mas ainda é uma espécie classificada status de “*vulnerável*” (VU) na avaliação do estado de conservação das Aves da Caatinga (AMARAL, 2012, p.7).

Os coquinhos de licuri são seu principal alimento e a baixa disponibilidade do fruto pode ser fator limitante para o desejado aumento populacional dessas aves. Uma arara chega a comer 350 coquinhos por dia, daí a preocupação com a proteção dos sítios de alimentação (AMARAL, 2012, p.29). Elas usam paredões de arenito como abrigo para repouso e reprodução e cujos ninhos localizam-se em duas áreas protegidas (Canudos e Jeremoabo) e todos os dias, ao amanhecer, voam cerca de 60 km se espalhando pela região em busca de alimento, sendo o município de Euclides da Cunha uma área importante para sua alimentação, além de Canudos, Jeremoabo e Santa Brígida, conforme podemos observar na **Figura 2**.

**Figura 2:** Mapa do estado da Bahia com área de ocorrência da Arara-azul-de-lear que se encontra em estado de Vulnerável.



Fonte: ICMBio, 2012. Elaborado pelo autor.

A Arara-azul-de-lear é uma espécie que só existe no sertão da Bahia. Sofria ameaça do tráfico para abastecer o comércio ilegal de animais, e também era ameaçada pela redução da disponibilidade do seu principal alimento que é o fruto do licuri, devido ao desmatamento das terras para a plantação de milho e feijão. Com a redução da disponibilidade do licuri, as araras passaram a se alimentar também do milho e isso gerou um conflito com os agricultores familiares, que passaram (não todos) a atirar nas araras para espantá-las de suas plantações,

causando um alto grau de mortandade. Em função disso, o governo federal através Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), elaborou o *Plano de Ação Nacional para Conservação da Arara-azul-de-lear* em 2006 (e atualizado em 2012), fazendo parte deste plano além da conservação ambiental, a pesquisa e a geração de renda para as comunidades que vivem nas áreas de ocorrência.

### **3 A COMUNIDADE DE MORADA VELHA**

Santa Brígida, situada na região do Médio São Francisco, à margem do Raso da Catarina, apesar de pertencer aos municípios de índices socioeconômicos mais baixos do Brasil<sup>6</sup>, podemos considerar um dos lugares ricos em cultura popular da Bahia. Numa área limítrofe do município (e que hoje pertence a Paulo Afonso) nasceu Maria Bonita, esposa de Lampião, e posteriormente ao ciclo do cangaço, a cidade tornou-se conhecida por abrigar o beato Pedro Batista, um dos últimos conselheiros religiosos de *tradição antiga* destes vastos sertões, atraindo a atenção de vários pesquisadores, como Thales de Azevedo, Maria Isaura Pereira de Queiros, Luiz Mott e o cineasta Sérgio Muniz, e deixando após sua morte um legado que permanece vivo através dos depoimentos de remanescentes da antiga comunidade e de várias manifestações religiosas. Até hoje, Santa Brígida torna-se algo especial para o visitante: uma descoberta estranha, em que o Brasil do cangaço e dos movimentos messiânicos dos livros escolares, encontra-se com um Brasil das parabólicas, do delírio e dos desafios de um Brasil renovado e com maior interferência de programas governamentais, descreve o historiador Titus Riedl (BESTETTI, 2006).

Em Santa Brígida, as peregrinações religiosas, o culto ou devoção, chamam atenção pela força da mobilização social e pelo comportamento ritualístico da prática, assim como pelo teor de crenças e preceitos que estimulam aqueles que a elas se entregam (QUEIROZ, 1998). Esta tradição também se apresenta nas representações simbólicas expressas através do artesanato, quando a técnica do entalhe da madeira é utilizada para produção de peças utilizadas nos cultos, como ex-votos, cruzeiros e banquetas, e o trançado da fibra da palha do licuri produz o tradicional chapéu do romeiro. Estes artesãos compõem em sua maioria uma geração nascida em uma época de grandes dificuldades sociais. Viram a força da fé originar uma cidade e crescendo junto com ela o fenômeno do êxodo do sertão. Desse modo, esses

---

<sup>6</sup> Segundo o **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil** o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de Santa Brígida ocupa a 5253ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e 375º lugar na Bahia entre os 417 municípios do estado. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço). (Fonte: PNUD, Ipea e FJP)

artesãos, presenciaram ou viveram o fenômeno do Messianismo, do Cangaço, sentindo de perto o poder do coronelismo com seus mandos assentados na posse de muitas terras e gado (GONZALEZ, 1996).

Dentre as localidades do município de Santa Brígida que podemos encontrar algumas destas representações podemos notar no povoado de Morada Velha a presença não só das manifestações simbólicas, mas do uso destas para além de seu propósito original. Ali, um grupo familiar, que tem na figura matriarcal da D. Ritinha (Sra. Rita Gonçalves de Jesus Braga) sua raiz central, destaca-se, pois através das atividades artesanais do trançado de palha e do entalhe da madeira, tem multiplicado seu saber para outras localidades, fortalecendo a atividade enquanto manifestação cultural e potencial atividade econômica. Além disso, tem promovido a prática da preservação do bioma local, através do manejo correto da palmeira do licuri como da promoção da preservação da Arara-azul-de-lear. Seus filhos, Zé Valdo (José Valdo Rosa, falecido em 2017) e Zé de Rita (José dos Santos Braga) tornaram-se mestres artesãos naturais ao difundirem suas habilidades produtivas, sendo o primeiro mestre artesão no entalhe de madeira, e o segundo no trançado da fibra da palha do licuri. Ambos têm dedicado suas vidas não só ao trabalho com a técnica e a preservação de suas matérias primas, mas também ao multiplicarem seus conhecimentos não só na sua própria comunidade, ao capacitarem filhos e agregados, mas às comunidades do entorno, dentro ou fora do município.

#### **4 HISTÓRICO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO POLO DA PALHA DO LICURI**

O Polo da Palha do Licuri abrange territorialmente a comunidade de Morada Velha no município de Santa Brígida/BA, a comunidade do Chuquê no município de Jeremoabo/BA e a comunidade de Serra Branca em Euclides da Cunha/BA. Esse espaço de discussão e organização setorial e territorial reúne atualmente estes três grupos produtivos e abrange diretamente cerca de 50 indivíduos. Mas para que este processo de multiplicação e promoção da atividade iniciasse, algumas ações institucionais ocorreram, demonstrando a participação de outros agentes externos em tal processo.

Entre os anos de 2000 e 2005, através de iniciativa das instituições SEBRAE, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Instituto Mauá, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco (CODEVASF) e Banco do Nordeste, foi desenvolvido na região ações do *Projeto Xingó*, tendo como eixo a sustentabilidade compatibilizada com a preservação do meio ambiente e a geração de renda. As ações para o



desenvolvimento do artesanato, em especial no município de Santa Brígida, onde se encontra uma grande reserva de palmeiras de licuri, foram focadas no manejo responsável e na relação de equilíbrio entre a atividade extrativista para a produção artesanal e a preservação da palmeira do Licurí, fonte de alimento da Arara-azul-de-lear. Com a contextualização realizada no início do processo foi possível desenvolver um trabalho de resgate das técnicas, através do repasse dos artesãos e moradores mais antigos, onde o trançado da palha do licuri foi trabalhado em conjunto com o entalhe da madeirada umburana, técnica fortemente encontrada na região. O repasse da técnica do trançado para outros artesãos e artesãs da região fez com que se formasse um grupo inicial de 25 integrantes, formados com representantes dos diversos distritos do município, sendo que o povoado de Morada Velha demonstrou maior interesse na atividade, formando assim um núcleo produtivo com maior número de integrantes. Com este interesse encontrado entre os moradores daquela localidade, somado a habilidade apresentada pelos seus integrantes, outras ações vieram a ocorrer.

Em 2008, a bióloga Simone Tenório, integrante na época da *Loro Parque Fundación*, conheceu o trabalho realizado em Morada Velha, entendendo que aquela iniciativa poderia ser expandida em outras comunidades da região, dado que nos programas dessa Fundação, embora focados na preservação do licuri e na Arara-azul-de-lear, havia também o estímulo ao protagonismo das comunidades na conservação da espécie e, para isso, nada melhor que envolver estas através do trabalho, da ocupação dos agricultores familiares das localidades (áreas de ocorrência da espécie) e da geração de renda. Assim, em meados de 2008, a PROAVES, com apoio da *Loro Parque Fundación* e do CEMAVE/ICMBio, preocupados com a conservação da Arara-azul-de-lear e com suas áreas de alimentação, vislumbraram a integração da geração de trabalho e renda nos municípios de incidência dessa ave, com o envolvimento das comunidades e as ações de conscientização e educação ambiental, tendo como consequência a valorização dos licurizeiros, através da proteção das áreas de alimentação da espécie pelos próprios habitantes locais. Assim, em parceria com a SAVE Brasil e o Instituto Arara-Azul iniciou a implantação de um *Programa de Geração de Renda* para as comunidades no povoado de Serra Branca, em Euclides da Cunha, com os objetivos de envolver e capacitar a comunidade nas ações de geração de renda, na autogestão de seus processos produtivos e de cidadania promovendo parceria com comunidades produtoras de artesanato na região de ocorrência da espécie Arara-azul-de-lear, aliando essas ações à conservação do licuri.

Inicialmente essas entidades convidaram os artesãos de Santa Brígida para capacitar um grupo de pessoas interessadas na técnica do trançado da palha do licuri e do entalhe em

madeira, no município de Euclides da Cunha, mais especificamente no Assentamento Serra Branca, hoje denominado Serra da Chapada. Junto com a ONG Movimento João de Barro (MJB) e o SEBRAE foram realizadas capacitações na área de empreendedorismo e formação de preço para a comunidade, como ainda junto com o Instituto Mauá, autarquia da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (SETRE) e a *Loro Parque Fundación*, em ações de mercado, tais como a participação em feiras, missões e encontros.

Nesta junção de apoios institucionais, viabilizou-se a viagem dos dois principais artesãos de Morada Velha, Zé de Rita e Zé Valdo, para capacitar a comunidade de Serra Branca com cerca de 30 pessoas que ainda nada produziam com aquelas matérias-primas. Tal ação de multiplicação do conhecimento alcançou um bom resultado, pois Serra Branca passou a produzir produtos artesanais de palha e madeira de umburana caída em questão de poucos meses, seguindo a linha de produtos desenvolvidos anteriormente na comunidade de Morada Velha, utilizando as técnicas de corantes naturais repassadas em capacitação específica, e, a partir dessa troca de conhecimentos com Morada Velha, começando do zero, os integrantes do grupo em Serra Branca desenvolveram seu próprio estilo e modelos de peças, mas também passaram a produzir os mesmos produtos de Morada Velha, permitindo o atendimento de pedidos maiores, em grupo, além de formalizaram o estatuto da nova Associação dos Artesãos de Lear de Serra Branca (AALSB) iniciando trabalhos em conjunto com Associação de Artesãos de Santa Brígida (AASB).

Em 2008, em paralelo às ações citadas, foi construída uma estrutura de produção em Morada Velha, equipada segundo as demandas da comunidade, com maquinários e instrumentos para fortalecer a produção artesanal, em uma ação da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), através do *Programa Elos*, em parceria com o SEBRAE.

Em 2010, através do *Projeto Bodega* da Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia (AGENDHA), organização não governamental de Paulo Afonso, o grupo de Morada Velha participou pela primeira vez de uma feira nacional de artesanato de Pernambuco (FENEARTE), já levando produtos de sua co-irmã a associação de Serra Branca, tendo tido muito boa aceitação. Ainda em 2010 o ICMBio em parceria com o SEBRAE / Unidade Paulo Afonso e outros parceiros apresentaram o Plano de Manejo do Licuri de Santa Brígida, propondo nesse momento que mais uma comunidade pudesse ser trabalhada com um processo de capacitação similar a Serra Branca: a comunidade do Assentamento Chuquê, localizada na BR-235, em assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município de Jeremoabo. Em seguida, o ICMBio promoveu um encontro dos mestres-artesãos de Santa Brígida com a comunidade do

Chuquê, a qual ainda nada produzia como artesanato naquele momento, visando o repasse do conhecimento sobre a produção artesanal local, a exemplo do que ocorreu em Serra Branca.

Em 2011, a *Loro Parque Fundación* em parceria com a SAVE Brasil e o Instituto Arara Azul alocou recursos para a viabilização da capacitação em gestão associativa e desenvolvimento sustentável, ação esta que contou também com o apoio da TAM Linhas Aéreas, tendo como um dos resultados a formalização, em 2012, da Associação dos Artesãos de Lear do Chuquê (AALC).

Em 2014, através do convenio firmado entre a SETRE e o MJB, através de edital publico, viabilizou o acompanhamento dos grupos integrantes deste polo no decorrer de dois anos, de forma a apoiar a maturação do grupo e de fortalecimento de suas ações produtivas e de mercado. A coleção de produtos *Encantada* é fruto deste convênio, e que se relaciona com o *Plano Nacional de Preservação da Arara-azul-de-lear*, fortalecendo os integrantes do Polo da Palha do Licuri através de um processo de autogestão, com ênfase nos fundamentos da economia solidária, do comércio justo, empreendedorismo social e no manejo ecológico e sustentável da sua principal matéria-prima, o licuri.

Mais recentemente, em 2017, através de um edital da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), o MJB conseguiu recursos para que fosse realizado um fortalecimento dos conhecimentos técnicos, haja vista novos integrantes terem se juntado aos grupos produtivos, o que demandaria um nivelamento técnico não só internamente como entre os grupos integrantes do Polo. Nesta ação, os mestres artesãos Zé Valdo e Zé de Rita, de Morada Velha (Santa Brígida) realizaram oficinas de repasse técnico com os integrantes dos grupos de Serra Branca (Euclides da Cunha) e Chuque (Jeremoabo), conforme observamos na **Figura 3**.

**Figura 3:** Zé Valdo e Zé de Rita em interação com grupo do Assentamento Chuquê.



Fonte: o autor/2017.

Importante salientar as lacunas existentes entre o período destacado, fruto da relação de acompanhamento e da relação ao aspecto financeiro, onde as interrupções do fluxo de recursos necessários ao processo de capacitação provocam interrupções indesejáveis dos trabalhos de campo gerando em certa medida descontinuidade, desconfiança, desânimo, dentre outras consequências. Vale ressaltar também o aspecto inovador neste processo de formação de um polo produtivo, que é a inserção do Design como ferramenta de aprimoramento do processo produtivo, mantendo o olhar no respeito ao contexto cultural e sem esquecer-se da sustentabilidade econômica e ambiental. Através do Design Social, vertente recente da disciplina, desenvolvem-se produtos agregando-se elementos do contexto social e cultural local e através destes produtos busca-se a preservação dos saberes e fazeres locais, bem como a geração de oportunidades de incremento de renda, sempre associando diretrizes de comércio justo e responsabilidade social/ambiental, e potencializando sua autonomia na gestão de suas unidades produtivas. Segundo a *Design21*, rede de Design Social filiada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Design Social é aquele design que engrandece o bem, onde o bom design é usado para um grande propósito. O foco principal de todo o processo de trabalho do Design Social é a pessoa, o cidadão, e para que tal foco seja atingido, o processo deve ser de todo participativo.

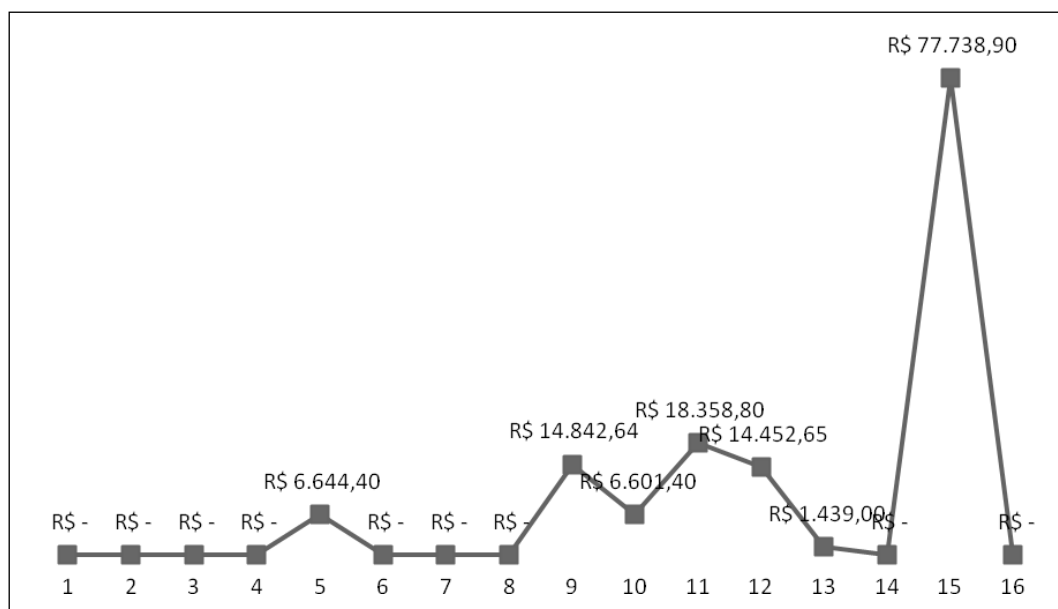
Os resultados obtidos com estas ações ainda estão acontecendo, mas demonstram a importância da complementaridade institucional que ocorre naquele contexto, quando ONGs e instituições governamentais juntam-se no sentido de promover não só a sustentabilidade ambiental de uma região, mas ao dar oportunidades de desenvolvimento social e econômico àqueles sujeitos do processo.

Hoje se percebe entre os integrantes dos grupos que fazem parte deste polo produtivo, um aumento do grau de participação dos associados nos processos de gestão e nas decisões de suas associações, sendo alguns conflitos organizacionais foram evidenciados e geridos pelos próprios associados, e com isso, percebe-se também a elevação da autoestima individual. Outro resultado deste processo é o fato de que as três associações beneficiárias já foram institucionalizadas e formalizadas. Do ponto de vista ambiental, as associações produzem o artesanato com uma maior consciência quanto à importância da preservação do licuri para suas sustentabilidades e para a sustentabilidade das araras azuis. Conforme ICMBio (2012), no período de 2010 para a 2011 os integrantes do polo adotaram a retirada das palhas do licuri de acordo com o método proposto no documento *Diretrizes e Recomendações Técnicas para a Adoção de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável Orgânico da Palmeira Licuri*. Através da produção coletiva razoável em quantidade e qualidade, ficou evidente a

elevação das vendas, do nível de ocupação e da renda familiar dos integrantes do polo, ilustrado no **Gráfico 1**, onde apresentamos os primeiros dados colhidos em campo, através da leitura dos livros-caixa das associações como também através de depoimentos dos seus integrantes.

Conforme depoimento de Zé de Rita, presidente da Associação dos Artesãos de Santa Brígida, “desde que começamos a trabalhar com o artesanato, melhorou a nossa estrutura familiar, conseguimos uma sede para a associação, compramos máquinas, estantes, bancadas, eletrodomésticos e conseguimos melhorar e ampliar a nossa casa dentre outros benefícios”. Também se pode ressaltar o aumento da participação e engajamento das artesãs e artesãos do Polo da Palha em Fóruns de desenvolvimento setorial, de economia solidária, de preservação ambiental e desenvolvimento local sustentável.

**Gráfico 1-** Evolução de receita proveniente da produção artesanal no período de 2000 a 2017



Fonte: Dados coletados em campo pelo autor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que todo processo de desenvolvimento é gradual e, como o próprio nome diz processual, acreditamos que este artigo demonstra um recorte temporal de um processo que ainda está ocorrendo e que possivelmente tenderá a evoluir. E, assim sendo, ainda devemos acompanhar tal processo para perceber possíveis desvios ou rupturas. Mas com o que pudemos levantar até o momento, percebemos que há um processo de desenvolvimento social e econômico ocorrendo naquele contexto geográfico, e que tanto os elementos naturais,

no caso o seu bioma, como os elementos imateriais, no caso sua cultura, contribuem para tal processo.

Não podemos ainda discorrer sobre as problemáticas que este processo pode causar em uma possível descaracterização identitária, ou mesmo de alterações de valores, onde o econômico prevalece ao simbólico. Estamos ainda observando como esta iniciativa anda em seus passos autônomos, mas que tal autonomia, como todo processo de aprendizagem, demandará desafios e superações, bem como erros e acertos.

A dificuldade de obtenção de dados econômicos e financeiros é grande. Em um nível individual, a falta de informações arquivadas ou registradas gera lacunas de dados onde se faz necessário a busca de outras fontes das informações que demonstrem as receitas dos integrantes dos grupos produtivos. Em um nível mais amplo, o dos grupos produtivos formalizados (as associações), onde as informações devem ser registradas, conforme legislação, as dificuldades de gestão organizacional encontradas no início de suas formalizações faz com que não se encontrem tais documentos ou mesmo que ao encontrarmos não estarem devidamente preenchido. E com relação as informações institucionais dos agentes que atuaram naquele contexto, far-se-á necessário uma busca em cada órgão de forma a solicitar estas informações de forma mais profunda.

Com isso indicamos que estamos ainda em processo de coleta de informações que ao consolidarmos, em um recorte temporal específico, poderá nos demonstrar mais detalhadamente, como ocorreu (e ocorre) este processo de formação do Polo da Palha do Licuri no sertão baiano, e como este tem impactado na geração de novas oportunidades econômicas em um território diverso tanto em problemas sociais quanto em riquezas naturais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Andreza Clarinda Araújo do (et al.). **Plano de ação nacional para a conservação da arara-azul-de-lear** (2ª ed.). Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-arara-de-lear/pan-arara-azul-de-lear.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

**ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/santa-brigida\\_ba](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/santa-brigida_ba). Acesso em: 10 jun. 2018.

BESTETTI, Mario. **Romeiros de Pedro Batista: fotografias** (catálogo da exposição). Caixa Cultural Salvador, 2006.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** São Paulo: Unicamp, 2007.

COPELLO, Luciano. **Palmeira Licuri: Plano de Manejo Participativo para Produção Sustentável de Artesanato, em Santa Brígida, Bahia.** Semear Gestão Sócioambiental Ltda e SEBRAE/BA, Salvador, BA, 2009.

FREIXINHO, Nilton. **O sertão arcaico do Nordeste do Brasil: uma releitura.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade: trajetória e usos do conceito.** Raízes, v.34, n.2, jul-dez / 2014.

GONZALEZ, Olegário Miguez. **Pedro Batista: líder messiânico de Santa Brígida.** Salvador: EGBA, 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA) / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico da palmeira licuri (Syagrus coronata).** Brasília: MAPA/ACS, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-publicacoes-organicos/licuri.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PAES, Maria Luiza Nogueira. **Plano de manejo: Estação Ecológica Raso da Catarina.** Brasília: Ibama, 2008. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esecc\\_raso\\_da\\_catarina.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esecc_raso_da_catarina.pdf). Acesso em: 29 mai. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado baiano.** 2 ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 1998.